

.....

Este artigo faz uma reflexão sobre a história enquanto processo permanente de construção do real e a preservação da sua memória registrada em documentos depositada e organizada em arquivos oficial ou particular.

Os registros documentais, as fontes históricas, constituem marcas de um tempo histórico e como tais, são evidências que devem ser desveladas pelo trabalho da investigação histórica, de modo a contribuir para o conhecimento dos determinantes da realidade dada. Mas os dados não falam por si, precisam ser interrogados pelo pesquisador a partir da sociedade que os produziu.

Palavras-chave: História, registros históricos e documentos;
arquivos oficial ou particular

This article is a reflection on history as a permanent process of the construction of the real and the preservation of its memory registered in documents deposited and organized in official or private archives. Registered documents and historical sources constitute landmarks of historical time and, as such, are evidence that must be revealed through historical investigation so as to contribute to the knowledge of the determining features of a given reality. But data does not speak for itself: it must be interrogated by the researcher from the standpoint of the society that produces it.

*Keywords: History; historical registers and documents;
official or private archives*

Fontes e Arquivos na Pesquisa Histórico-Educacional

Maria Teresa
Penteado
Cartolano

Profª doutora pela
Universidade Estadual de
Campinas, SP; profª
aposentada da Faculdade de
Educação da mesma
Universidade; profª do
Programa de Pós-Graduação
– Mestrado em Educação -
da Universidade do
Contestado, SC.
mtpenteado@hotmail.com

Introdução

A história só se colocou como problema, como algo a ser compreendido e explicado pelo homem, a partir da época moderna. Antes disso, a existência humana estava garantida por condições eminentemente naturais e submetida a uma ordem sobrenatural. A natureza fornecia ao homem os meios de subsistência que eram apropriados em sua forma primitiva e raramente necessitavam de transformações. As formas de vida daí decorrentes eram de uma harmonia e estabilidade marcantes sintonizadas com uma visão cíclica de tempo.

Não se colocava nessa visão a necessidade de se compreender a razão, o sentido e a finalidade das transformações que ocorriam no tempo, de saber a razão dos acontecimentos; não se colocava o problema da História.

A era moderna rompe com essa visão idealista de mundo e anuncia um novo tempo em que as condições de produção da existência humana passam a ser essencialmente sociais, produzidas pelos próprios homens em suas relações com o mundo, a natureza e os outros homens.

“... na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua

vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida mate-

A ignorância do passado já não compromete só o conhecimento do presente mas, no presente compromete a própria ação do sujeito na história.

rial condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência.” (MARX, 1983:24).

É nesse sentido que os homens são os produtores não só de suas representações de mundo, de suas idéias, mas ainda, produtores de sua vida material, condicionada historicamente e portanto sujeita também às transformações que eles próprios operam no tempo. Um tempo que não é mais cíclico e cronológico, mas contínuo e em mudança permanente; que se projeta para um constante vir a ser, ligando o passado ao futuro por meio do presente. Assim a ignorância do passado já não compromete só o conhecimento do presente mas, no presente compromete a própria ação do sujeito na história. O presente é um fator decisivo na compreensão do passado;

“são as inquietações, são os problemas presentes, que levantam as novas perguntas que se devem fazer aos velhos documentos. Sem a formulação do presente, o passado é morto”, (da mesma forma que) “a reatualização do passado é uma exigência do presente carregado do futuro”. (RODRIGUES, 1981:30).

Mais ainda :

“O passado é (...) uma dimensão permanente da consciência humana, constitutivo inevitável das instituições, valores e padrões da sociedade humana. O problema para os historiadores é analisar a natureza desse sentido do passado na sociedade e identificar suas mudanças e transformações.” (HOBSBAWN, 1998).

Vivemos hoje um momento peculiar da História em que se põe em questão o

seu sentido ou ausência dele; em que se afirma a impossibilidade de novas teorias globais do social e anuncia-se o “fim da história” inviabilizando-se

“tanto a história que os homens fazem, se se pretender perceber nela algum sentido, quanto a história que os historiadores escrevem, entendida como uma explicação global do social em seu movimento e em suas estruturas” (CARDOSO, 1997:13).

Para Flamarion Cardoso a melhor forma de responder a esse desafio seria produzir uma teoria holística do social que superando as críticas feitas às teorias disponíveis, desse conta de responder às exigências atuais das sociedades do presente e se qualificasse para compreender as sociedades passadas; e além disso criasse as utopias do futuro, sem as quais certamente todo projeto humano ficaria vazio de sentido.

É nesse quadro de crises globais - estruturais, ideológicas, epistemológicas - que uma “nova história”, crítica e não aligeirada, se constrói com novos métodos, novas abordagens, novos problemas e com novas e diversificadas fontes documentais. Na tentativa de diversificação das fontes e dos objetos, no entanto, corre-se o risco da dissolução da história em múltiplas e micro histórias, uma história em migalhas, que abandona toda a dialética entre passado/presente e futuro, que decompõe o saber histórico e põe fim à perspectiva globalizante, de totalidade. (Dosse, 1992). Essa ‘história em migalhas’ está arraigada em uma sociedade nascente que se anuncia nas cinzas de um mundo que ainda está presente: os processos digitais de armazenagem das informações substituem paulatinamente os processos centrados na escrita e é neste e para este mundo em transformação, que os historiadores de hoje produzem conhecimento histórico.

É nesse contexto, também, que a nova historiografia desponta engendrando profundas transformações na relação entre historiadores e sua matéria-prima natural – os registros documentais. A História é um processo, e mais do que isso um processo social que tem o homem como sujeito, da sua própria história e da história da sociedade: a inesgotabilidade do real, o seu caráter complexo e multifacetado transforma o ofício do historiador em tarefa árdua. Enquanto processo ainda, ela se constrói como resultado de uma atividade criadora, intelectual que, com o objetivo de compreender a totalidade desse real enquanto um “concreto pensado”, nas palavras de MARX em a “*Contribuição à crítica da economia política*,” (1983), busca e seleciona objetos de estudo e materiais específicos correspondentes, ou seja, faz um rastreamento de registros, busca vestígios, evidências, levanta informações dispersas que expressem materialmente o homem enquanto ser social, e sua realidade. Esses registros históricos são os documentos, os testemunhos que o historiador usa na tentativa de se aproximar do seu objeto de estudo, que lhe escapa contudo diante do indizível mundo das tecnologias digitais. BORGES refere-se assim a eles:

“...no meio da poeira de documentos antigos, na lama das escavações ou no manuseio de instrumentos muito desenvolvidos tecnicamente é sempre o homem vivo que o historiador procura encontrar; é a sociedade na qual esse homem viveu, trabalhou, amou, procriou, guerreou, divertiu-se, que o historiador quer decifrar. E, para tal, todo tipo de documento que esclareça esses aspectos é de fundamental importância.” (1988:61).

1. História, Fontes e Arquivos

Nenhum problema, nenhum tema de investigação possui em si mesmo uma carga maior ou menor de historicidade: o documento não fala por si mesmo,

“é a relação que com ele estabelece quem o trabalha que pode ou não fazer dele um tema histórico.” (MICELI, 1988:34).

Mas para se refletir sobre História e Memória, ou sobre História, Fontes e Arquivos é necessário que se coloque em evidência a observação de José Honório Rodrigues, (1981:40-41) que insiste que enquanto a primeira é um processo dinâmico, a segunda é algo petrificado. Pode-se enveredar por diversos caminhos para falar desse infinito universo, mas não se pode fugir daqueles que nos conduzem não só à questão do sentido da História enquanto práxis social, intencional, consciente, como à questão muitas vezes polêmica, da preservação da memória coletiva.

Tomando como ponto de partida que o que sobrevive como memória coletiva daquilo que existiu no passado, não é o conjunto dos monumentos e documentos que existiram, mas o resultado tanto de uma escolha feita pelos historiado-

A História é um processo, e mais do que isso um processo social que tem o homem como sujeito, da sua própria história e da história da sociedade...

res como de forças materiais, políticas, ideológicas, culturais que operaram no desenvolvimento de cada época histórica (LE GOFF, 1982) o documento¹ não é em si mesmo uma prova histórica como

¹ Enquanto o monumento remete à herança do passado, a um sinal do passado que contribui para evocar e perpetuar sociedades históricas, a palavra Documento vem do latim *documentum*, derivado de *docere* “ensinar”, e que evoluiu para o significado de “prova”. O termo usado no vocabulário legislativo é difundido no século XVII. O seu sentido moderno de testemunho histórico data do início do século XIX.

entendiam os historiadores positivistas do fim do século XIX e início do XX, ele não fala por si mesmo. Apesar disso, porém, foi com a escola positivista que o documento escrito tornou-se indispensável à atividade do historiador – “não há mais história sem documentos”. Ao historiador cabe interpretá-los no contexto das forças históricas que os produziram.

Mas a história não se faz somente com documentos escritos, mas com tudo o que pode registrar e expressar no tempo, a relação do homem com a natureza, a sociedade e os outros homens: além do escrito, também o oral, o iconográfico, o audiovisual, o eletrônico. Os fundadores da revista *“Annales d’histoire économique et sociale”* (1929), Lucien FEBVRE e Marc BLOCH, já insistiam sobre a necessidade de ampliação da noção de documento. Os documentos históricos dignos de serem conservados, transmitidos e estudados não deveriam referir-se somente à vida dos grandes homens, dos grandes acontecimentos, ou referir-se somente à história política e institucional, numa alusão clara à história positivista, historicista, descritiva, fundada no racionalismo positivo de A. Comte. Adotar essa concepção restritiva de documento significa deixar de lado justamente a sua

“Segundo as conceituações clássicas e genéricas, o documento é qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico ou fônico pelo qual o homem se expressa. É o livro, o artigo de revista ou jornal, o relatório, o processo judicial, o dossiê, a correspondência, a legislação, a estampa, a tela, a escultura, a fotografia, o filme, o disco, a fita magnética, o objeto utilitário, etc... enfim, tudo que seja produzido por razões funcionais, jurídicas, científicas, culturais ou artísticas pela atividade humana.” (BELLOTTO, 1984:34).

2. Documentos e a Realidade Sócio-histórica

No trabalho de investigação de um problema da realidade sócio-histórica, o historiador elegerá um ou alguns tipos de registros documentais que, segundo a sua opção teórico-metodológica, contribua para responder às suas indagações sobre o objeto de estudo e para construir o trabalho da síntese histórica.

Existem algumas especificidades que devem ser consideradas na seleção e tratamento das fontes, de acordo com as características que lhe são inerentes. É a forma pela qual o documento é criado que determina a sua utilização e destino de armazenamento. É a sua origem e emprego, e não o suporte² sobre o qual está constituído o que vai determi-

nar sua condição de documento de arquivo ou de biblioteca. (BELLOTTO, 1991).

Vivemos hoje o impacto dessa revolução documental e de uma enorme ampliação da me-

mória histórica. Os criadores da memória – as comunidades, os meios sociais e políticos – constituem seus arquivos de acordo com o uso que fazem da memória e de acordo com os meios materiais

Mas a história não se faz somente com documentos escritos, mas com tudo o que pode registrar e expressar no tempo, a relação do homem com a natureza, a sociedade e os outros homens...

historicidade, na medida em que ao isolar o documento do seu contexto histórico de origem, acaba por fragmentar e simplificar o conhecimento que se pode adquirir a partir dele.

² Suporte: documento, base física de qualquer material, (como papel, madeira, tecido, filme, fita magnética, discos, disketes, CDs, etc) na qual se registram informações impressas, manuscritas, fotografadas, gravadas, etc.

de que dispõem. Neste sentido o desenvolvimento tecnológico dá impulso notável à constituição de novos arquivos, onde a memória visual, oral e eletrônica tem também o seu lugar.

Mas a idéia de preservar os vestígios do passado não é recente. Desde a Antiguidade e até o momento presente há um esforço nesse sentido. Mudaram-se os suportes, transformaram-se as formas de arma-

zenar, mas a vontade de guardar e recuperar as informações parecem ser uma constante do poder público e da iniciativa privada, muito embora o financiamento destinado à preservação dos documentos e da memória histórica seja ainda bastante reduzido. A história de uma escola, de uma comunidade, de uma vila, de uma cidade, de um estado, de um país pode ser escrita se os diferentes setores da atividade humana que os constituem, conseguirem guardar cada um a sua maneira, pelo menos parte do que foi produzido pela sociedade como um todo.

Os historiadores da atualidade são mais felizes que seus predecessores. Heródoto precisava empreender longas viagens para recolher, da própria boca de testemunhas, informações muitas vezes incertas. Hoje nós dispomos, para a preservação e a recuperação de dados a serem transmitidos a outras gerações, algumas instituições que são basilares: os arquivos, as bibliotecas e os museus, todos em geral administrados por profissionais formados em Universidades ou em escolas técnicas, com experiência no “metier”, como os historiadores, os arquivistas, os museólogos e os bibliotecários. Cada uma dessas instituições tem a sua organização e as suas características, porém, todas têm o papel de guardar para transmitir as informações armazenadas.

A biblioteca, por exemplo, não é hoje somente responsável pela preservação

de impressos e audiovisuais produzidos por atividades de caráter cultural, técnico ou científico; a revolução trazida pela informatização e pela Internet transformou o conceito de *local onde apenas se guardam livros e documen-*

Hoje nós dispomos, para a preservação e a recuperação de dados a serem transmitidos a outras gerações, algumas instituições que são basilares: os arquivos, as bibliotecas e os museus...

tos. Hoje ela é uma porta de acesso à informação: o usuário pode entrar na rede de uma biblioteca, de sua sala ou de seu laboratório ou mesmo de sua casa e obter a informação de que precisa. No caso de publicações e documentos antigos, isso diminui o manuseio e, conseqüentemente, ajuda a conservar a obra.

Quanto aos arquivos, nasceram de necessidades bastante práticas

“para todo Estado ou toda coletividade organizada, de conservar um dossiê de sua administração; obrigação, para todo indivíduo que exercesse um poder ou responsabilidades relativamente a outros homens, de preservar os documentos comprovantes de seus direitos, sua autoridade ou seus interesses; preocupação elementar de qualquer pessoa particular, ou de toda coletividade, de resguardar-se contra espoliações, mediante a preservação de seus títulos de propriedade ou dos contratos aos quais após sua assinatura..” (GLENISSON, 1983:151).

No Brasil a legislação normaliza o acesso e protege a guarda e armazenamento dos

“conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos.” (BRASIL, Lei nº 8159/91).

Como se pode depreender do texto supracitado, durante muito tempo o arquivo teve a função predominante de servir somente à história política, administrativa e religiosa; é recente a sua utilização para os problemas econômicos e sociais, em grande parte graças

à literatura impressa, de acesso relativamente fácil, como os anuários, as estatísticas, dentre outros.

Da perspectiva da arquivologia – estudo, conhecimento, ciência relativa à organização dos arquivos – o acervo dos documentos de um arquivo são organizados segundo a sua origem, utilização e destinação: os permanentes, são constituídos por conjuntos de documentos

A partir da década de 1980 a relação entre a história e a informática vem se estreitando. cada vez mais, a ponto de gerar o que hoje na linguagem corrente da área chama-se de documentos ou fontes eletrônicas...

preservados, respeitada a sua destinação estabelecida em decorrência de seu valor probatório e informativo; os correntes, formados por conjuntos de documentos em curso ou de uso freqüente, também chamados de arquivos em movimento; e os arquivos intermediários que são os documentos procedentes dos arquivos correntes e que aguardam sua destinação final.

Conclusão

Carlos Drummond de Andrade em artigo publicado no *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, em 8 de fevereiro de 1979, refere-se assim aos arquivos:

“O objeto vale mais que a representação. Vamos zelar mais pelos arquivos, pelas escrituras e jornais da monarquia, vamos defendê-los da mão inábil que rasga o papel respeitável; da mão e do cupim, da umidade e do calor que os deterioram e consomem. Que a popularização do microfilme e da cópia xerográfica não importe em deixar ao abandono, daí por diante, as peças cujo teor foi preservado mediante reprodução mecânica. Sem esquecer que esta sofre os mesmos riscos de aniquilamento pelo tempo e pela ação dos desavisados.... Ganhamos espaços condensando em pequeninos rolos a massa colossal de papel, mas isso não quer dizer que joguemos pela janela ou condenemos à ruína o que foi considerado digno de ser transmitido a outras gerações. Em resumo: viva o documento”. (DRUMMOND DE ANDRADE, sem título, 1979. In WITTER, José Sebastião. 1996).

Este documento está sendo entendido ali, da perspectiva de testemunho histórico de uma dada sociedade em um determinado tempo.

Mas uma outra revolução invadiu o campo de estudos e de atuação do historiador-pesquisador, além dessas referidas por Drummond de Andrade: a partir da década de 1980 a relação entre a história e a informática vem se estreitando cada vez

mais, a ponto de gerar o que hoje na linguagem corrente da área chama-se de documentos ou fontes eletrônicas ou ainda fontes terciárias. Hoje já temos em muitas Universidades brasileiras – públicas e privadas – acervos parciais ou totalmente informatizados, possibilitando o acesso a fontes históricas antes silenciadas ou privativas a um pequeno grupo de pesquisadores; além dos bancos de dados que possibilitam ao pesquisador ter acesso aos catálogos de bibliotecas, aos acervos, periódicos, teses e dissertações; sem contar, ainda, o acesso aos arquivos históricos de instituições governamentais e privadas.

Mas como toda mudança, também essa contribuição da informática à organização, preservação e utilização de fontes eletrônicas na pesquisa histórica tem que envolver necessariamente novos cuidados no tratamento com as fontes, informações e bibliografias, como o respeito à produção dos autores e aos direitos autorais; cuidados com a falsificação e adulteração de fontes e informações de forma a garantir a fidedignidade tanto da fonte como da informação. Além disso, há que se debruçar também com cuidado e através de um trabalho de reflexão rigorosa e radical, sobre os fundamentos teóricos-metodológicos do conhecimento e da pesquisa histórica, de modo a não superestimar as transformações tecnológicas e muito menos fazer delas a nova

‘redenção’ da história e do homem contemporâneo.

Tanto a diversidade de fontes, de objetos e de novos métodos, quanto a multiplicidade de discursos históricos não devem, nesse sentido, constituir-se em um

engodo para o conhecimento histórico. Como processo que tem sua própria regularidade e racionalidade, o objetivo da história é reconstituir, “explicar”, e “compreender” seu objeto: a história real, a sociedade e os homens que a construíram.

Bibliografia

- BELLOTTI, H. As fronteiras da documentação *Caderno FUNDAP*. São Paulo, v.4, nº8 p.12-16, Abril 1984.
- . *Arquivos permanentes: tratamento documental*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.
- BLOCH, M. *Introdução à história*. Mira-Sintra – Mem Martins, Publicações Europa-América, 1942.
- BORGES, V. *O que é história*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BRASIL. Lei nº 8.159 - 08 jan. 1991. *Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências*. Brasília, DF, 1991.
- CARDOSO, C. F., VAINFAS, R. (orgs.) *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- DARNTON, R. O poder das bibliotecas. *Folha de São Paulo. Caderno Mais: ruínas da memória*. São Paulo: 15 de Abril, 2001. p 4-7.
- DOSSE, F. *A história em migalhas: dos Annales à nova história*. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas. 1992.
- DRUMMOND DE ANDRADE, C. (sem título). Rio de Janeiro: *Jornal do Brasil*, 8/02/1979. In WITTER, José Sebastião. *Memória, história e cidadania*. Rio de Janeiro: D.O. Leitura/Cultura, nº 15. Janeiro/1996. p. 9
- PESQUISA FAPESP. *Revitalizando bibliotecas, museus e arquivos: (infra-estrutura)*. São Paulo: Nº 63, Abril 2001.
- FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. (org.). *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 1997. p.69-90.
- FARIA FILHO, L. M. (org.) *Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação*. Campinas, SP: Autores Associados; Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco, 2000.
- GLÉNISSON, J. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo: Difel, 1983.
- HOBSBAWM, E. *Sobre a história: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- LE GOFF, J. *História e memória. II*. Lisboa, Portugal: Edições 70. 2000.
- LOMBARDI, J. C. (org.). *Pesquisa em educação: história, filosofia e temas transversais*. Campinas, SP : Autores Associados: Histedbr; Caçador, SC: UnC, 1999.
- MARX, K. e ENGELS, F. *A ideologia alemã. I*. Lisboa, Portugal: Editorial Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MICELI, P. Por outras histórias do Brasil. In: PINSKY, J. (org.). *O ensino de história e a criação do fato*. São Paulo: Contexto. 1997. p.31-42.
- NUNES, C. (Coord.). *Guia preliminar de fontes para a história da educação brasileira*. Brasília: INEP, 1992.
- NUNES, C. e CARVALHO, M. M. C. de . Historiografia da educação e fontes. In: *Cadernos ANPEd*, nº 5, set. embro .Caxambu, MG., 1993. p.7-64.
- RODRIGUES, J. H. *Filosofia e história*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- SAVIANI, D. e alii. *História e história da educação: debate teórico-metodológico atual*. Campinas, SP : Autores Associados: Histedbr, 1998.
- SILVA, Z. L. *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP: FAPESP, 1999.